

A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR NOS TERRITÓRIOS DE PRODUTORES TRADICIONAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO-MG¹

Jaqueline Borges Inácio

Bolsista da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia. Email: jaquelinebinacio@yahoo.com.br

Rossevelt José Santos

Professor Doutor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo compreender a dinâmica do setor sucroalcooleiro em alguns municípios da região do Triângulo Mineiro, bem como pensar as transformações socioculturais que ocorrem nos tradicionais territórios camponeses. Para a construção do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações, trabalhos acadêmicos e sites especializados. Quanto aos aspectos concretos da área de estudo, foram realizadas visitas de campo, a fim de analisar as transformações causadas pela expansão das lavouras de cana-de-açúcar, bem como suas implicações sobre os territórios camponeses, sua história e seus aspectos culturais, socioeconômicos e políticos. Consideramos também os modos de vida e as suas variações a partir das características do Cerrado, das comunidades tradicionais e suas produções específicas. No campo nos aproximamos das comunidades rurais, das suas formas e conteúdos socioculturais e também analisamos as territorialidades e seus desdobramentos na (re) organização dos lugares.

Palavras-chave: cana-de-açúcar. comunidades tradicionais. Territorialidades. Triângulo Mineiro

THE SUGAR-CANE TERRITORY EXPANSION OF TRADITIONAL PRODUCERS AT "TRIANGULO MINEIRO - MG"

ABSTRACT: This study aims to understand the dynamics of the sugarcane sector in some municipalities of the Triângulo Mineiro region, as well think about the socio-cultural transformations that occur in traditional territories peasants. To construct this work we performed a literature review in books, theses, dissertations, academic papers and specialized sites. Regarding the concrete aspects of the study area, we did some field visits in order to analyze the changes caused by the expansion of plantations of sugar cane, as well as their implications for the peasants territories, its history and its cultural, socioeconomic and politicians aspects. We also

¹ Este artigo faz parte dos resultados obtidos na pesquisa, desenvolvida entre março de 2010 e fevereiro de 2011, no Laboratório de Geografia Cultural e Turismo, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação do Professor Rossevelt José Santos, financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais).

consider the ways of life and its variations from the characteristics of the Cerrado, of the traditional communities and their specific productions. In the field we approach of the rural communities, their socio-cultural forms and contents and also analyzed the territoriality and its implications on (re) organization of places.

Key-words: cane sugar. traditional communities. Territoriality. Triângulo Mineiro.

1. INTRODUÇÃO

O estudo foi focado na dinâmica do setor sucroalcooleiro em alguns municípios da mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro e analisa as transformações que ocorrem nos, desterritorializando as áreas onde eram cultivados soja, milho, hortifrutigranjeiros tradicionais territórios camponeses, onde as lavouras de cana-de-açúcar estão presentes e principalmente a criação de gado.

A cana-de-açúcar é uma cultura presente no Brasil desde que o país começou a ser (re) ocupado pelos portugueses, tendo como principal área de atuação o território do atual estado de Pernambuco. Em meados de 1533, ergueram-se os primeiros engenhos de fabricação de açúcar. A região nordestina e, principalmente, o litoral pernambucano e baiano, foram os principais responsáveis por grande parte da produção açucareira, em domínio português. Os engenhos foram decisivos para que o açúcar extraído da cana-de-açúcar chegasse até os consumidores; eles se localizavam em pontos estratégicos, com a finalidade de facilitar o escoamento da produção.

Nos séculos XVII e XVIII, esse avanço da produção de açúcar no Brasil, atraiu produtores da Holanda, que por meio de uma invasão de território, chegaram a Pernambuco, estado que produzia a maior quantidade de açúcar naquela época. Os holandeses se empenharam no desenvolvimento das atividades canavieiras, com finalidade de obter experiência no cultivo desta lavoura. Após serem expulsos do território brasileiro, tornaram-se grandes produtores de açúcar nas Antilhas. Neste contexto econômico, o Brasil deixava de ocupar seu lugar no ranking de produção de açúcar no mundo, e passaria a concorrer com a Holanda pela liderança no mercado, e dessa maneira perderia o monopólio. É neste contexto, que no século XVIII, as forças do mercado mundial vão contribuir para o fim do ciclo da cana-de-açúcar no país.

No período pós Segunda Guerra Mundial o país investiu pesadamente na produção de cana-de-açúcar, devido à destruição dos canaviais na Europa, possibilitando ao Brasil inserir, no

mercado mundial, um novo produto derivado da cana. Em um período anterior ao que foi mencionado, para sermos mais precisos, na década de 1930, o governo já havia criado o IAA (Instituto do Açúcar e Alcool), extinto no início dos anos de 1990, com o objetivo de regular essa produção.

De acordo com Machado (2008), em nível internacional, o final da década de 1960, trouxe um aumento significativo nos preços do açúcar para o mercado mundial, chegando a registrar-se uma marca histórica de mais de US\$ 1.000, 00 a tonelada. No entanto, esse valor fez com que os lucros extraídos pela exportação desses produtos, se elevassem, propiciando aos produtores brasileiros uma modernização na produção das usinas, financiadas pela FUNPROAÇUCAR, criada pela IAA.

Em 1970, a cana-de-açúcar reaparece, no território brasileiro, valendo-se de novos incentivos estatais, mas agora visando à fabricação de combustível. Como resultado de políticas públicas, em 1975, foi criado o PROALCOOL (Programa Nacional do Alcool), que incentivou a produção nacional de cana-de-açúcar com o objetivo de produzir álcool/combustível e assim enfrentar a crise do petróleo em 1972. Contudo, foi ainda necessária uma segunda crise do petróleo, em 1979, para que o Brasil investisse maciçamente na produção de açúcar e álcool. Os recursos financeiros cobriam até 80% do investimento fixo, sendo destinados às destilarias à base de cana-de-açúcar; enquanto os investimentos relacionados à parte agrícola chegavam a 100 % do valor do orçamento (GAZZONI, 2008).

Essa iniciativa representou um dos maiores sucessos na economia mundial, pois, implicava a substituição de derivados do petróleo no abastecimento de veículos automotivos, adotando-se esse produto como único combustível para os veículos movidos a álcool hidratado. O principal objetivo do PROALCOOL, após ser criado pelo governo do Brasil, era diminuir as importações de petróleo, ainda sob perspectiva de amenizar os problemas causados na matriz energética do país.

No final da década de 1970, 80% da frota de veículos fabricados no país era com motores a álcool. Entretanto, em 1986, houve uma forte queda com relação aos preços do petróleo, o que ocasionou certo desinteresse por parte do governo para com a produção de álcool. Diante disto, o PROALCOOL, foi deixado de lado nas políticas governamentais e, por pressões internacionais, o programa foi paralisado. (GAZZONI, 2008).

Ainda assim, o Programa deu viabilidade para se continuar o abastecimento de combustíveis automotivos baseados na utilização da biomassa, mediante incentivos à produção de álcool nas usinas de açúcar e destilarias independentes, contando com financiamentos que objetivam o desenvolvimento de veículos completamente apropriados pela indústria automobilística, estabelecendo-se uma imensa rede de distribuição desse combustível.

A manutenção do Programa contribuiu para o crescimento de novas áreas destinadas a grandes plantações de cana-de-açúcar que se desenvolveram no território brasileiro, durante todo o seu período de atuação, mas tiveram sua queda na década de 1990, com as guerras do Golfo e a invasão do Iraque. Esses acontecimentos propiciaram forte oscilação do preço do petróleo, perdurando até “fim” das invasões.

Essa dinâmica, que ocorreu durante os anos da década de 1990, fez com que o governo se preocupasse com a programação de políticas voltadas à produção e em adquirir autonomia em relação a combustíveis, possibilitando a inovação e o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas.

A Petrobrás, no final da década de 1990, fez alguns testes em alguns ônibus utilizando óleo de soja, e o Brasil começou a investir nos biocombustíveis. Contudo, os governantes brasileiros, novamente, volta-se para a produção de cana-de-açúcar. Dentre os principais responsáveis pelo ressurgimento do álcool no país estavam os carros “flex”, ou seja, aqueles que podem ser abastecidos tanto por álcool, quanto por gasolina, ou pela junção dos dois, em qualquer proporção. Um dos fatores que fizeram com que o setor sucroalcooleiro brasileiro tivesse destaque no agronegócio foi o interesse no etanol por parte do capital investidor internacional. Com o crescimento da demanda no setor em questão, os governantes, os donos de grandes usinas e os empresários do setor automobilístico, têm a mesma perspectiva quanto ao aumento da produção de álcool.

Atualmente, um dos maiores desafios do Brasil tem sido obter aumento na oferta de álcool para combustível. É nesse contexto que as indústrias que processam cana-de-açúcar se instalaram em praticamente todo o território brasileiro, destacando-se o estado de Minas Gerais. De acordo com a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas, a estimativa é que, nesse processo, a produção de agro-combustíveis receberá mais de 211 milhões de reais em investimentos no setor sucroalcooleiro. Além disso, esses investimentos apresentam a

perspectiva de criação de mais de 1,7 mil empregos diretos. (Fonte: Instituto de Economia Agrícola, 2010).

De acordo com profissionais que atuam na área agrícola, aumentos com relação à produção, só irão ocorrer na medida em que a cana-de-açúcar for avançando e as usinas forem sendo instaladas. No entanto, há que se considerar o crescimento da demanda, que, em curto espaço de tempo, irá se expandir, pelo crescimento nas vendas de carros bicom bustíveis. No ano de 2005, esses veículos representaram 53% do total circulante no país, sendo que, em fevereiro de 2010, estimava-se que a porcentagem de vendas era de 76%. Nos tempos atuais, dos 15 bilhões de litros de álcool produzidos, pouco mais de três bilhões são destinados à exportação. (Fonte: Instituto de Economia Agrícola, 2010).

Com a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, as novas formas de produção adotadas no meio rural significaram o (re) ordenamento territorial e espacial, além de reestruturarem as relações sociais e culturais entre produtores atingidos, direta ou indiretamente, por essa nova dinâmica. Dessa maneira, o pequeno produtor rural viu-se ameaçado, devido à sua baixa produtividade e à escassez de recursos, tornando-se um sujeito, que em certos casos, foi cedendo parcelas de suas terras as usinas, sob a forma do arrendamento.

No conjunto das transformações socioespaciais, a expansão da cana-de-açúcar tem provocado uma série de mudanças nas relações estabelecidas entre o rural e o urbano. Assim, além de ocasionar um amplo deslocamento de pessoas, advindos de outras regiões do Brasil, os trabalhadores da cana, no lugar de destino, em geral, estranham e são estranhados pelos moradores e reagem criando novos territórios.

A presença do agronegócio em áreas rurais, ocupadas por produtores rurais tradicionais e a sua transformação em lavouras de cana-de-açúcar, na região do Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais, sob as determinações socioespaciais e econômicas que estão envolvidas nesse processo, começam a serem percebidas pela incorporação de estruturas “inéditas”. Nesta região, a produção de álcool e açúcar envolve, diretamente, as estruturas dos condomínios fornecedores de cana, dos sindicatos e principalmente da usina sucroalcooleira.

Essa expansão tem ocorrido tanto sobre áreas de pastagens e de pequena produção familiar, quanto de outras culturas, como as de grãos (soja, algodão e milho), por se mostrar mais lucrativa em momentos de queda nos preços da soja, do algodão e do leite. No entanto, essa (re)

ocupação dos solos do Cerrado, ainda não causou a destruição total das velhas estruturas das comunidades tradicionais rurais, mas vem promovendo mobilizações, por parte desses produtores, devido aos contratos de arrendamentos.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Tomamos como ponto de partida os municípios onde se encontram implantadas as usinas de cana-de-açúcar e, por intermédio do trabalho de campo, de pesquisas em jornais e na Internet, procuramos obter os dados qualitativos e quantitativos referentes a área de atuação das usinas, os quais nos possibilitaram uma detalhada compreensão dos aspectos transformadores das estruturas socioespaciais em curso. Com relação às usinas, buscamos as informações técnicas e estruturais, com os dirigentes das empresas, que expressaram suas opiniões sobre o funcionamento destas indústrias e como elas redefinem os diferentes usos e apropriações dos recursos naturais e sociais, tanto em escala local quanto regional.

A pesquisa de campo foi orientada por roteiros de campo, inclusive nas visitas a usinas de álcool e açúcar, a instituições locais ligadas à agropecuária, tais como: EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais), Sindicatos dos Produtores Rurais, Condomínio dos Fornecedores de Cana-de-açúcar, IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além das Escolas Rurais, Municipais e Estaduais, bem como a pequenas propriedades rurais, situadas em meio a imensas lavouras de cana-de-açúcar.

No contato com os representantes institucionais e para que pudéssemos compreender as transformações que ocorrem, nos lugares pesquisados, agimos sempre comparando os diversos discursos dos vários sujeitos sociais. Além disso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, reuniões coletivas com os pesquisados, objetivando a manifestação das pessoas sobre os temas propostos. Desse modo, fomos conhecendo e realizando, neste estudo, várias comparações sobre as mutações do espaço, nos lugares onde as lavouras se inseriram.

Também foi importante, para os objetivos do trabalho, localizar e, na medida do possível, visitar as comunidades tradicionais que ainda desenvolvem uma agropecuária familiar e artesanal, com alguma utilização de tecnologia.

Os trabalhos de campo realizados, no período da bolsa, cobriram as áreas de entorno de onze usinas instaladas na região, totalizando vinte mil quilômetros de deslocamentos. Esse percurso permitiu conhecer os lugares e os sujeitos sociais, sendo fundamental para que pudéssemos vivenciar, no cotidiano das pessoas, a materialização dos projetos do capital sucroalcooleiro e as reações dos envolvidos. Na exposição do referencial teórico em comparação com as transformações, procuramos direcionar a pesquisa de acordo com a observação da paisagem. Aliás, e a rigor, paisagens que se vêm modificando velozmente, desde que as lavouras de cana-de-açúcar foram inseridas na região.

Além disso, algumas incursões ao campo, visando descrições mais detalhadas sobre o uso do solo, orientadas por um roteiro de observações, tornaram possível registrar as percepções dos produtores tradicionais e levantar informações importantes sobre o modo de vida das pessoas que fazem parte das comunidades rurais e como estas se situam frente à chegada da cana-de-açúcar, em seu município.

Conforme a pesquisa foi avançando, além das observações de campo foi necessário realizar, a partir do ciclo natural do Cerrado, visitas às comunidades rurais, abrangendo os períodos de chuva e de seca. Assim, periodicamente, uma equipe do laboratório de Geografia Cultural deslocava-se para as áreas das grandes lavouras, com a finalidade de acompanhar as práticas sociais e produtivas dos produtores tradicionais rurais, dos arrendatários e das pessoas que estão diretamente ligadas à usina. Acompanhamos, também, os eventos culturais que, de alguma forma, estavam ligados aos processos de des (re) territorialização decorrentes da ação do capital sucroalcooleiro.

Nessa fase de pensar os ciclos produtivos e associá-los às práticas sociais, realizamos monitoramentos periódicos sobre o avanço das grandes lavouras de cana sobre algumas comunidades. Também, nessa fase, identificamos e mapeamos as lavouras tradicionais e, pela comparação cartográfica, levando-se em conta tempos diferente, fomos conseguindo precisar aquelas culturas que foram substituídas pelas lavouras de cana-de-açúcar. Para tornar público o resultado da pesquisa foi necessário à sistematização dos dados de campo, seguida por análise e elaboração de documentos.

3. O CERRADO MINEIRO E A PRESENÇA DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR

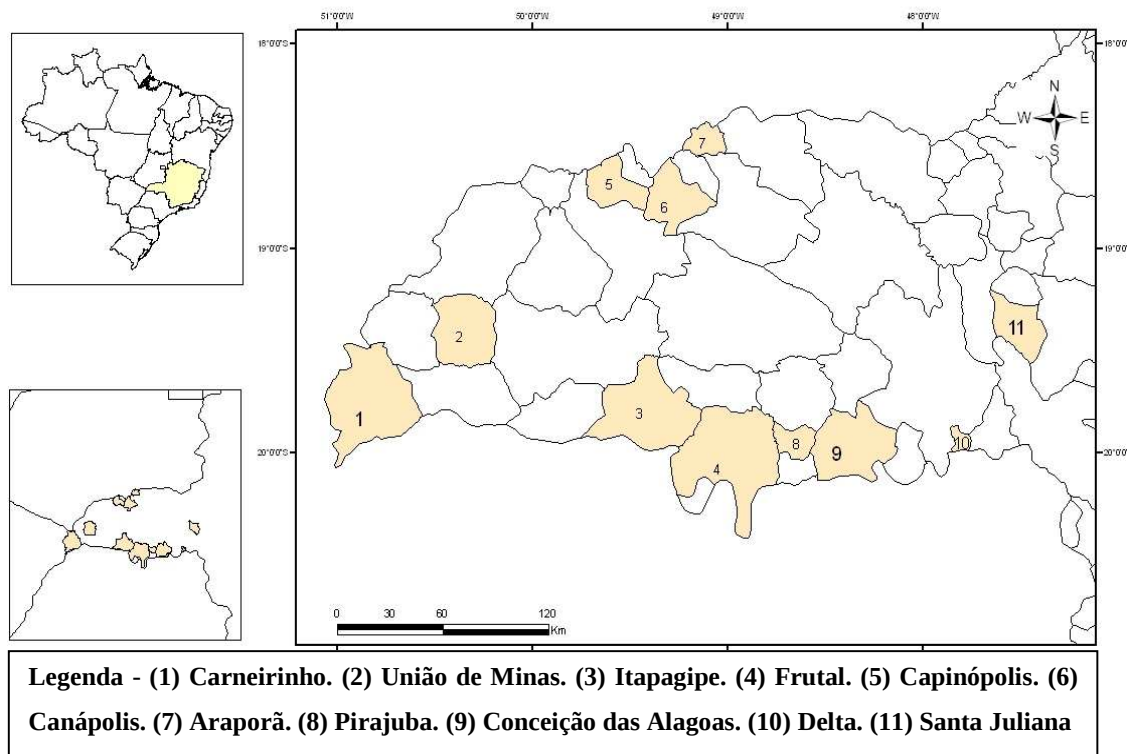
Os municípios que integram esta pesquisa abrangem boa parte da região do Triângulo Mineiro. Sendo assim, é necessário compreender o processo de produção dessas lavouras, como elas são organizadas no espaço, desalojando outras culturas, e quais são as implicações e os desdobramentos decorrentes do processo de expansão dessa monocultura, que se insere na região em meados de 2003 e continua a sua expansão dominando o cenário do agronegócio, no Cerrado mineiro.

A expansão agrícola nos solos do Cerrado ocorreu, com mais intensidade, na área cultivada na região Centro-Oeste, se comparada às demais regiões do centro-sul. Em meados da década de 1970, aquela região era considerada fronteira, e já possuía a maior área de pastagem natural do Brasil.

O Cerrado ocupa uma área de, aproximadamente, 204 milhões de hectares, concentrando 25% do território brasileiro, sendo utilizados para a produção agropecuária, atualmente 61 milhões de hectares. A Embrapa estima um uso adicional de 66 milhões de hectares, considerando que 77 milhões sejam inapropriados para a prática agrícola. Se toda essa área considerada imprópria for preservada com a finalidade de atender as determinações da política ambiental, compreendemos que a exigência legal, em tese, estaria sendo atendida, ou seja, mais de 20% da área total estaria sendo preservada. No entanto, esse raciocínio não contempla as particularidades do bioma Cerrado. (Fonte: Embrapa, 2000).

Nesse sentido, a incorporação agrícola do Cerrado, a partir de alta tecnologia, iniciada nos anos 1970, se mantém acelerada desde então, e deve ser enxergada como uma inovação estreitamente associada a um processo de “produção artificial das condições de produção”. Nesse processo, tem-se como consequência a elevação do preço da terra nas regiões de Cerrado. Para que a produção remunerasse o capital investido e os donos de terra, foi necessário que houvesse emprego de alta tecnologia, inclusive com créditos subsidiados, para criar as condições artificiais de produção.

Mapa de Localização da Área de Estudo



Fonte: Geominas, 2011. Org. COSTA, R. S. 2011.

No final da década de 1970 e início de 1980, houve um aumento significativo na integração de terras que nunca foram ocupadas. Esse fato histórico indica mudança de orientação no processo de reocupação do Cerrado brasileiro; trata-se de seguir orientações científicas e converter, pelo emprego de altíssima tecnologia, terras consideradas inferiores em terras de qualidade superior. A (re) ocupação do Cerrado pela agricultura deu-se de maneira muito rápida, principalmente na região Centro-Oeste, pois, havia investimentos em técnicas e um transporte que se adequava às necessidades do setor agrícola.

As transformações ocorridas no território brasileiro, durante o período de expansão e modernização da agricultura, também tiveram repercussão no estado de Minas Gerais, e uma das áreas atingidas foi à região do Triângulo Mineiro, com um aumento considerável nas áreas de produção, devido aos incentivos de programas voltados ao desenvolvimento agroindustrial do

estado em questão. Sendo assim, houve a inserção de novas lavouras na região, bem como o milho, a soja e, recentemente, a monocultura da cana-de-açúcar.

A área cultivada de cana, na região, deve alcançar, até a metade da década de 2020, 650 mil hectares. Trata-se de uma estimativa baseada no número de usinas já instaladas e em funcionamento, totalizando vinte e três unidades. Entretanto, nem tudo que se planta e se colhe na região do Triângulo Mineiro é cana-de-açúcar; nas áreas de estudo, a agricultura, na última década, destacou-se pelo predomínio do cultivo da soja, associado ao cultivo do milho e do feijão, fazendo com que se estabeleça, na região, uma maior produtividade.

Os usineiros, mediante os interesses do capital sucroalcooleiro, estão usando do arrendamento para expandir a área cultivada sem a necessidade de retenção de capital na compra de terra. Dessa maneira, nos custos de produção do álcool e açúcar, a renda da terra é um elemento socioeconômico importante e tem levado os usineiros a aplicar mais recursos financeiros em equipamentos e insumos agrícolas, promovendo o desenvolvimento desta monocultura em condições de produção mais favoráveis ou, como dizem os próprios sujeitos desse processo, uma agricultura de precisão.

Em busca de áreas agrícolas para formar as lavouras, as usinas sucroalcooleiras arrendam terras, independente do tamanho da propriedade. Contudo, esse processo foi ou vem sendo terceirizado pelas usinas, criando a figura do fornecedor de cana-de-açúcar. Esse tipo de produtor rural também incorpora alta tecnologia, pois necessita melhorar a terra, e, age investindo no manejo do solo, diminuindo o risco da baixa produtividade, atendendo com isso as imposições das usinas.

Portanto, os fornecedores de cana-de-açúcar nem sempre são os proprietários, mas os que arrendam terras. Com relação aos donos de terra que colocam suas propriedades para o arrendamento, tornam-se dependentes das usinas, pois, enquanto vigorar o contrato perdem seus direitos de proprietário. Nessa condição, nem precisam se preocupar com o trabalho desempenhado em suas terras; afinal, os rendimentos decorrem do negócio firmado com os usineiros. Dependendo dos contratos envolvendo a terra, os rendimentos são depositados nas contas dos proprietários, a partir das instituições financeiras.

Nessa condição, os discursos das pessoas que arrendam as suas propriedades, pelo menos no início, são essencialmente otimistas, pois esses contratos lhes garantem que, ao final de cada

mês, o valor do arrendamento será depositado em suas contas bancárias. No entanto, essa situação não esconde a insatisfação dos produtores, principalmente quando isso lhes custa afastamento do meio onde era fundamental o “saber fazer”. Agora, eles não precisam se preocupar com assuntos relacionados ao plantio, colheita, ou seja, o uso do solo, da propriedade, do lugar, do território. Os contratos entre as partes são de, aproximadamente, sete anos, chegando, em alguns casos, a onze, e em sua grande maioria estão sujeitos a renovação.

Além disso, a instalação das usinas traz diversas mudanças aos municípios, como o emprego de mão-de-obra nas cidades, o crescimento da economia local devido à grande movimentação do comércio e a valorização imobiliária. Porém, apresenta aspectos negativos, tais como o aumento da violência, prostituição e o sucateamento/precarização dos serviços públicos oferecidos à população, principalmente, saúde, educação e segurança.

Como elemento primordial para análise das alterações socioespaciais, buscou-se compreender o conceito de território, como sendo uma delimitação da existência do sujeito social que exerce, a partir de suas práticas sociais, certo domínio sobre o espaço vivido. Essa condição aparece quando os produtores rurais agem, defendendo seus valores humanos, pertencças e identidades, nos lugares onde ocorrem a vida das pessoas. Desta maneira, utilizou-se, nessas análises, o conceito de Heidrich (2004), que caracteriza a constituição de território como sendo:

Uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade. (HEIDRICH, 2004, p.3).

De acordo com as observações em campo, e, tendo como parâmetro o avanço das lavouras de cana-de-açúcar, podemos perceber que há uma tendência à homogeneização da agricultura a partir do uso dos solos do Cerrado Mineiro. Neste contexto, a preocupação maior tem sido com relação à desarticulação das lavouras produtoras de alimentos. Devido à grande massa de incentivos públicos serem direcionadas para a produção de etanol, açúcar, energia e derivados da cana-de-açúcar, provavelmente a região do Triângulo Mineiro deixará de ser produtora de alimentos, sobretudo, feijão, arroz, milho, leite e carne.

Nessa região, o modo de produção no campo se reorganizou num curto espaço de tempo, sendo que as diferentes formas e relações sociais, historicamente constituídas, que particularizam a produção, acabam também sendo capturadas pelas grandes empresas, principalmente, aquelas do setor de laticínios.

A reprodução ampliada do capital investido no setor canavieiro atinge também essas pessoas na medida em que oferecem aos donos de terra, remuneração supostamente superior aos demais setores produtivos do campo. Neste ponto, a existência da condição social e territorial dos produtores tradicionais fica seriamente comprometida, devido à forma como esse capital se estrutura, desestruturando os modos de vida e de produção existentes no espaço. Portanto, os novos capitais investidos no setor canavieiro, com suas dinâmicas próprias, possibilitam entender que, no arrendamento ou mesmo com a simples presença dos canaviais, os produtores tradicionais vão tendo os seus valores humanos, corroídos, comprometendo a sua existência cultural, social e produtiva na região.

Segundo Santos, (1988):

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta e indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividade e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Onde uma reorganização das funções entre as diferentes frações do território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. (SANTOS, 1988, p.11).

Sendo assim, percebemos que a chegada de um novo agente social e a estruturação daquilo que ele representa no espaço geram uma (re) organização socioespacial. Nos onze municípios, a partir dos arrendamentos, constatamos que um contingente expressivo de produtores está deixando suas moradias no campo, o que significa dizer que as relações sociais, as territorialidades comunitárias estão sendo seriamente afetadas pela expansão da cana-de-açúcar.

3.1. Os impactos socioespaciais na expansão canavieira em Conceição das Alagoas

O município de Conceição das Alagoas se localiza na Microrregião de Uberaba, no Triângulo Mineiro, com uma população de aproximadamente 23.055 habitantes em 2010, segundo dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). De acordo com dados obtidos no decorrer da pesquisa, o município era produtor de hortifrutigranjeiros; com a instalação da usina, essas áreas ocupadas por lavouras de produtos que compõem boa parte da alimentação humana, deram lugar ao cultivo de cana-de-açúcar, visando atender as demandas dos mercados nacional e internacional.

No início do século XXI, o município, que antes era produtor de alimentos, foi tomado pela cana, e, hoje (2011), o que consome vem de outras regiões. Desse modo, os preços dos produtos hortifrutigranjeiros subiram de preço, elevando o custo de vida na cidade. Os aluguéis de casas se tornaram mais caros, o vestuário, calçados, entre outros produtos, foram fortemente inflacionados.

Nas entrevistas dialogadas com alguns moradores, em trabalho de campo, as mudanças climáticas foram associadas a retiradas das árvores e à formação dos canaviais. Além da percepção do aumento na temperatura, as pessoas também reclamam da poluição causada pela queima dos canaviais, do cheiro forte dos vários detritos da cana-de-açúcar, bem como das moscas (moscões) que atacam o rebanho leiteiro.

A cana-de-açúcar, como matéria-prima ao mesmo tempo em que começa a reocupar as terras de Conceição das Alagoas, também transforma a paisagem, o espaço e os modos de vida. Nesse processo, vai-se aproveitando das crises momentâneas das lavouras de cereais, para fixar-se como possibilidade concreta de saída da crise e de um novo momento do desenvolvimento socioeconômico. Em meados do ano de 2005, devido às crises de 2003 e 2004, a soja operava em queda no mercado internacional, devido ao ataque da ferrugem asiática. Foi nesse contexto que a Usina Caeté Volta Grande, unidade Carlos Lyra, que se localiza no município, foi-se fixando e, atualmente, produz em uma área equivalente a 41.500 hectares. Conforme dados apresentados no quadro 01, nos últimos dez anos, observa-se importante crescimento de área cultivada e produção de cana-de-açúcar.

Ano	Área plantada em hectares	Quantidade produzida em toneladas
1.999	3.400	298.000
2.000	15.000	1.200.000
2.001	15.000	1.200.000
2.002	10.791	863.280
2.003	14.269	1.127.251
2.004	15.308	1.454.260
2.005	14.000	1.330.000
2.006	29.000	2.320.000
2.007	29.000	2.320.000
2.008	41.500	2.320.000
2.009	41.500	3.320.000

Quadro 1- Produção de cana-de-açúcar em Conceição das Alagoas-MG

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal. Org. INÁCIO, J.B. 2011.

A expansão da cana apresenta aumento significativo entre os anos de 2005 a 2009. Neste período tanto a área quanto a produção quase que triplicaram. Esse rápido crescimento contribuiu para o aumento populacional em Conceição das Alagoas, pois com a expansão da cana houve contratação de trabalhadores temporários advindos de outros estados, principalmente da região nordeste do Brasil. Neste caso o crescimento populacional gerou demanda em relação aos serviços urbanos, sem a possibilidade de ampliação da infra-estrutura local.

A usina em Conceição das Alagoas é algo novo e na lógica dos trabalhadores que vêm de outras regiões é sempre melhor trabalhar em usinas recém- instaladas, pois, pagam salários melhores, em relação às antigas. Isso parece ser uma estratégia, pois quando saem do Nordeste para trabalhar na cana, muitas vezes chegam à região do Triângulo Mineiro, com a finalidade de melhorar de vida. No que consiste essa melhora? Entrar no mundo do consumo, comprar roupas, calçados, eletrodomésticos e poupar recursos monetários para investir no lugar de origem. Nessa perspectiva, refazerem sonhos, mesmo que momentaneamente se realizam, fazendo parte do mundo maravilhoso das mercadorias.

Contudo, é importante destacar que os trabalhadores das grandes lavouras são temporários e, em grande parte, trabalham obedecendo ao ciclo da cana, para depois retornarem as suas casas. Em alguns casos, o trabalhador possui terras, mas estas são insuficientes e eles não têm dinheiro para fazer os investimentos necessários. Existem também aqueles que vêm para os canaviais um

ano sim e outro não, pois, vivem neste deslocamento um pouco lá e um pouco cá. Sua reprodução social como força de trabalho não se completa nas remunerações obtidas nas lavouras de cana, mas em parte no lugar de origem e também nas parcelas do seguro desemprego.

Como trabalhadores dos canaviais, principalmente enquanto lhes for possível, ou seja, enquanto tiverem força muscular e juventude, guardam dinheiro para deixar para suas famílias se manterem durante sua ausência.

Porém, a usina começa o processo de substituição da colheita manual por máquinas, e o trabalho dos trabalhadores ameaçado por essa incorporação tecnológica. Como essas máquinas são operadas por um pequeno grupo de pessoas, os canaviais, para virarem matéria-prima vão reduzindo o número de cortadores, o que também acelera o processo de colheita. A colheitadeira toma o lugar do trabalhador que não é do lugar. Nesse desencontro entre trabalhadores e avanço tecnológicos, os moradores de Conceição de Alagoas, logo perceberão que a colheita da cana não necessitará da queimada, que o uso de tecnologia poderá implicar na diminuição dos impactos ambientais causados pela emissão da fumaça oriunda da queima da palha da cana-de-açúcar.

Nas visitas realizadas às usinas, quase sempre éramos informados de, que, a partir de 2014, toda a produção será mecanizada, não sendo mais necessário o emprego de mão-de-obra, pois, de acordo com o Decreto nº 2.661, estabelecido em nível nacional, não se poderá trabalhar com a queima da palha da cana-de-açúcar nas áreas mecanizáveis e, até 2017, nas áreas não - mecanizáveis (Fonte: Jornal Correio de Uberlândia, 2010). A legislação brasileira, em tese, protege os lugares e, seu entorno das queimadas, da fumaça e da emissão de gases poluentes.

Quanto às comunidades tradicionais rurais, no processo de expansão da cana, em sua grande maioria, não conseguem se afirmar no seu território. No município em questão, as comunidades tradicionais foram afetadas pelas grandes lavouras, com importantes impactos no convívio pessoal e comunitário. Até 1996, ainda existiam capelas, as quais eram locais onde as pessoas se reuniam para a realização de quermesses, terços e missas. Atualmente, pouco ou quase nada restou desses costumes, pois, o arrendamento para a cana, fragmentou esses locais.

Como existem alguns produtores rurais, geralmente pequenos criadores de gado de leite, que ainda trabalham em suas terras, estes também tiveram suas tradições e seus costumes seriamente ameaçados e comprometidos, devido à presença da cana-de-açúcar. Mesmo não trabalhando com a produção de cana, a nova lavoura foi empregando os peões tiradores de leite,

estabelecendo salários, direitos previdenciários, dentre outras conquistas trabalhistas. Além disso, aqueles produtores que arrendavam terras para manter os seus rebanhos, principalmente nos períodos de estiagem, estão ficando sem esse recurso, pois não conseguem oferecer uma remuneração que lhes permita continuar com os seus rebanhos.

A concorrência por terras já não existe, a força da usina exerce domínio sobre o mercado de terras. Isso tudo, impõe mais trabalho para os produtores tradicionais; eles dizem terem se tornado escravos do trabalho. Com pouca terra e menos braços para produzir, não têm tempo para o lazer. Na ausência de pessoas, as capelas vão desaparecendo, não fazendo mais parte das paisagens. Desse modo, quando, nos lugares comunitários, as tradições rurais são afetadas, já não se têm as relações sociais que lhes fornecem sustentação. Conforme Saquet, (2007):

O território é entendido como lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto sócio-espacial e condição para o habitar, viver e produzir,(SAQUET, 2007,p.118).

Analisando o processo de inserção das lavouras de cana-de-açúcar em Conceição das Alagoas, é possível considerar que as relações entre as populações tradicionais se modificaram. A ausência de vizinhos, de instituições como da Igreja Católica inaugura um processo de desterritorialização causado pela expansão da monocultura da cana. Percebe-se, também, que os modos de vida das populações tradicionais rurais foram modificados. Nos lugares visitados, são raras as manifestações e representações das antigas tradições familiares, que tomavam sua essência no religioso e nas relações de vizinhança. Antes da chegada da cana, havia festas nas comunidades rurais; atualmente, essa realidade foi alterada, restando muito pouco dos festejos comunitários.

3.2. Os camponeses tradicionais da Comunidade Colorado do município de Delta

O município de Delta localiza-se na divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo e possui, aproximadamente, 8.000 habitantes (IBGE 2010). Em época de safra, o município chega a atingir 12.000 habitantes. Esse incremento populacional de 4.000 pessoas é creditado à migração

de cortadores de cana, oriundas da região Nordeste do Brasil. No município de Delta, esse contingente vem diminuindo, pois o corte da cana-de-açúcar, já incorpora colheitadeiras.

Como se trata de um município pequeno, cuja base econômica se encontra no campo, grande parte das pessoas vivem da agropecuária, baseada na produção, em pequena escala, de leite e alimentos cultivados nos quintais das residências. Com a expansão da produção de cana, o arrendamento de terras para a usina sucroalcooleira Caeté, do grupo Carlos Lyra, a segunda maior do país, movimentou a economia do município, em patamares que justificam a sua ação e a sua pretensão em capturar mais áreas de terras da pecuária e da agricultura.

A cana-de-açúcar, como principal lavoura, sustenta o crescimento econômico da usina e gera impostos para a cidade. Atualmente, ocupa boa parte da área agricultável do município, provocando a ampliação da monocultura e o comodismo dos arrendatários, que geralmente se beneficiam do negócio, sem ter que se preocupar com a produção. No entanto, mesmo com a geração de impostos e as comodidades, alguns produtores rurais tradicionais, do município, se recusam em aderir ao aluguel de suas propriedades.

Geralmente os usineiros e os condomínios fornecedores de cana, se negam a arrendar pequenas parcelas, pois isso significa ter que estabelecer vários contratos. Como pequenos proprietários, eles continuam residindo no espaço rural e produzindo os meios de vida. Geralmente promovem a sua existência a partir de saberes e fazeres transmitidos por familiares, tais como a criação de bovinos, aves e suínos, o cultivo de feijão, milho e mandioca e a produção artesanal de queijos, doces e farinhas. Contudo, diante das necessidades de expandir as lavouras de cana, em alguns casos, enfrentam-se os inconvenientes administrativos e essas propriedades são incorporadas como fornecedoras de matéria-prima.

Nestas pequenas propriedades camponesas, a lógica de produção não é a do mercado, apesar de se relacionarem com ele. No geral, estão preocupados, primeiramente, em prover a família. Diferente da lógica dos capitalistas, que, ao arrendarem terras, agem de maneira a garantir lucros, propondo e efetivando um avanço agressivo das lavouras de cana, gerado mutações socioespaciais e acúmulos de capitais.

Na região que contempla a área estudada, compreende-se, como domínio, o Cerrado, o qual depende de algumas correções do solo, para se obter uma produção agrícola compatível com as imposições do sistema capitalista. Na pequena produção agrícola também são utilizados

adubos, fertilizantes, dentre outros produtos químicos, conforme os meios de adaptação de cada cultura. No município, o pequeno produtor rural, mesmo vivendo de pequenas trocas, continua sendo camponeses, mesmo tendo que viver ilhado pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar.

Nos seus pequenos sítios, eles contam atualmente com uma associação de Moradores que funciona a partir do apoio da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). Essa Associação de Moradores está inserida dentro da Comunidade Colorado, que, atualmente, possui uma população de cerca de oitenta famílias, totalizando aproximadamente 200 moradores, sem contar os trinta e cinco associados de pequenos ranchos que se encontram localizados em seu entorno, nas margens do Rio Grande, importante recurso hídrico que divide os estados de Minas Gerais e São Paulo.

Nessa área encontram-se os camponeses de Delta. Apesar de ser considerada parte do perímetro urbano, compreendemos que é a partir dos usos que a comunidade torna-se uma organização social produtiva com características rurais. Ao contrário do que se possa imaginar, trata-se de produtores que, em sua existência cotidiana, promovem a produção das coisas a partir de experiências adquiridas no vivido, onde há o sentimento de pertencimento em relação ao lugar, e sendo assim, vão se criando enraizamentos por conta das relações de vizinhança, talvez comunitárias.

Espremidos entre o rio e as grandes lavouras, essas pessoas desenvolvem uma agricultura familiar, geram renda que se complementam, em vários casos, com a aposentadoria. Os camponeses com pouca terra, privados dos sistemas de créditos oficiais e não oficiais, planejam produzir sob a forma de mandala. Trata-se de arranjo produtivo que se viabiliza por intermédio da irrigação direcionada em canteiros em forma de círculos, que se criam no entorno de uma fonte de água. Como já trabalham com a criação de gado leiteiro, aves e suínos, bem como com pequenas plantações de legumes, verduras e frutos típicos do bioma Cerrado, o sistema mandala é uma forma de integrar tudo isso.

Na mandala, o fator que é levado em consideração é a avaliação da área de terra disponível, bem como a capacidade de irrigação existente no lugar e a aptidão para trabalhar com agricultura familiar. A criação de alguns animais de pequeno porte, tais como galinhas, que se localizam no interior da mandala, ou melhor, no seu centro, permite que seja produzido esterco, que servirá para fertilizar o solo e nutrir as plantações das demais áreas de produção.

A pequena produção de leite ainda se mantém e, a partir dela, é possível produzir algumas iguarias típicas da tradição mineira, tais como, doces, queijo e quitandas caseiras. As roças de mandioca são utilizadas para produzir polvilho, quitanda e farinha. Esses pequenos camponeses também cultivam cana-de-açúcar, para alimentar as criações, mas isso, não está vinculado a nenhuma prática de arrendamento; afirmam que o bagaço da cana, é muito útil para adubação dos solos. Dessa maneira, na Comunidade Colorado, os camponeses se organizam e se reafirmam no lugar, utilizando aquilo que já existe e, a partir desses conteúdos, vão criando novas maneiras de produzir e transformar os recursos da propriedade.

3.3. As transformações socioespaciais no município de Santa Juliana

No município de Santa Juliana, percebemos que algumas situações são bem parecidas com as de Delta e Conceição das Alagoas, porém as particularidades envolvendo o processo de expansão da cana-de-açúcar e da instalação de um complexo sucroalcooleiro no município revelam certos aspectos em que cabem algumas considerações.

No ano de 2010, segundo dados do IBGE, estimava-se que a população do município era de 11.337 habitantes; na área urbana; quando da colheita da cana, registra-se um aumento de 20% desse contingente.

No final de 2006 e início de 2007, foi instalada a usina Agroindustrial Santa Juliana S/A, do empresário alagoano Emerson de Melo Tenório, que atua no Centro-Sul do Brasil desde 2003. Atualmente, a usina está sob o comando do grupo Bunge², e produz somente álcool. Segundo dados obtidos pelo IBGE 2010, a área plantada de cana-de-açúcar é de, aproximadamente, 10.800 hectares, com produção de 1.080.000 toneladas. Essas terras são todas arrendadas pela usina. De acordo com o quadro 02, a cana-de-açúcar não ocupou toda terra destinada para agricultura, pois, iniciou sua produção com uma pequena área, porém, não houve um aumento tão significativo. No entanto, os dados demonstram que as terras desse município ainda não foram totalmente incorporadas aos interesses da usina.

² O Grupo Bunge é de origem alemã, atua no Brasil desde 1905. No ano de 2006 começou a atuar no comércio de açúcar, e, no ano seguinte, adquire a primeira usina de cana-de-açúcar no município de Santa Juliana, MG.

Ano	Área plantada em hectares	Quantidade produzida em toneladas
1.999	15	300
2.000	15	300
2.001	15	300
2.002	15	300
2.003	20	400
2.004	900	72.000
2.005	910	91.000
2.006	1.710	171.000
2.007	5.000	500.000
2.008	10.000	500.000
2.009	10.800	1.080.000

Quadro 2- Produção de cana-de-açúcar em Santa Juliana-MG

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal. Org. INÁCIO, J.B. 2011.

Grande parte da lavoura de cana-de-açúcar se localiza no bairro rural de Zelândia, onde antes da sua expansão, os produtores viviam da pecuária e da produção de alimentos, tais como cebola, batata e cenoura. Embora Santa Juliana ainda seja um grande produtor de cebola, na região do Triângulo Mineiro, a produção de cana deverá superá-la em área e valor econômico.

Zelândia localiza-se na área rural do município de Santa Juliana, e tem suas terras ocupadas pela cana-de-açúcar, o que transformou a dinâmica social do local, pois, houve um intenso fluxo migratório de pessoas oriundas da região Nordeste do Brasil. Como já observado, esse caso se repete em outros municípios contemplados nesta pesquisa. A maioria desses migrantes é proveniente dos estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará e estão presentes em Zelândia, somente em época de colheita.

No bairro em questão existe infra-estrutura adequada às condições urbanas, embora seja uma área rural, pois, antes de Zelândia se tornar bairro, era considerado um distrito do município de Santa Juliana. O topônimo Zelândia é originário de um grande proprietário de terras, que se chamava José, mais conhecido por “Zé”, o qual fundou o distrito rural em 1920, e seis anos depois a estação ferroviária foi construída. No ano de 1936, o senhor José amplia as suas doações terras para o distrito. Esse ato influenciou os membros da comunidade a ensejar aspirações de emancipação. Zelândia não se torna município, mas na década de 1970, torna-se um bairro rural de Santa Juliana.

As transformações ocorridas recentemente em Zelândia decorrem da expansão canavieira na região do Triângulo Mineiro. A usina de álcool e açúcar instala-se no município de Santa Juliana no início do século XXI. A partir das mutações ocorridas neste espaço, podemos compreender o sentido dos conceitos desterritorialização e reterritorialização, segundo os autores (GUATTARI & ROLNIK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2004, p.127):

Podemos afirmar que desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga”, e a reterritorialização é o movimento de construção do território; no primeiro movimento os agenciamentos se desterritorializam como novos agenciamentos de corpos e coletivos de enunciação.

A partir dos trabalhos de campo, compreendemos que as grandes mudanças no município e, conseqüentemente, no bairro de Zelândia, onde a usina se instalou, implicaram metamorfoses socioespaciais com importantes efeitos no território das comunidades tradicionais. Nesse movimento, percebe-se que tanto os produtores tradicionais rurais de Zelândia, quanto os moradores do bairro rural se reorganizam, reconstituindo seus territórios na convivência com a usina e com as grandes lavouras de cana-de-açúcar. Na perspectiva de salientar as interpretações dos moradores, passamos aos conteúdos das suas falas:

Depois que a usina chegou ao município de Santa Juliana, causou um pouco de medo na população, devido ao grande número de roubos e assassinatos que vem acontecendo, mas, não há nada que prove que são os migrantes de outros lugares que causam essa situação de desconforto à população local. Quando a usina começou o processo de instalação em Santa Juliana, não fizeram nenhuma reunião com a população para esclarecer a sua função no município. Além disso, ainda fez propaganda enganosa que o arrendamento de suas terras para colocar a cultura de cana-de-açúcar seria um bom negócio. ... No início foi um bom negócio, pois, gerou muito emprego, e desempregou em seguida, pois, começou a dar emprego para as pessoas que vinham de “fora”. A situação da comunidade se modificou, pois, as pessoas possuem mais acesso à moradia e automóvel. O aluguel das casas aumentou, de R\$ 89,00 subiu para R\$300, 00, e atualmente quase dobrou o número de casas para alugar.³

³ Dados obtidos no campo, no município de Santa Juliana, em 2010.

Outro fato, que nos chamou a atenção, foi com relação à presença de um grande número de trabalhadores que se encontram espalhados nas casas dos moradores locais, tornadas de aluguéis no bairro rural de Zelândia. Trata-se de trabalhadores, principalmente migrantes, que trabalham no corte da cana e na operação de máquinas da usina. Essa presença maciça de pessoas do sexo masculino, quase sempre desacompanhados de familiares, gera desconfianças e estranhamentos aos moradores, pois, intensificaram-se as preocupações em se protegerem de possíveis atos de violência.

Quanto ao sistema público educacional, no bairro, este apresenta um índice satisfatório, pois a escola local atende cento e vinte e sete alunos, todos matriculados, sendo que 25% dessas vagas são ocupadas por discentes da educação infantil. Contudo, a escola sofre influência da usina, em função de migrantes que vêm de outras regiões e matriculam seus filhos no único educandário de Zelândia. Desse modo, vários desafios são postos para os professores, pois agora a escola terá que lidar com várias culturas do Brasil; de certa maneira, torna-se necessário adequar-se aos migrantes, criando “projetos de nivelamento do conhecimento” e novas linguagens que melhorem a compreensão do aluno em relação ao conteúdo, favorecendo o processo ensino e aprendizagem, com importantes conquistas para o acompanhamento do ritmo da classe.

Os pequenos produtores, que não possuem nenhum vínculo empregatício com a usina vivem da pecuária leiteira, podem ser considerados camponeses tradicionais, pois, desenvolvem suas atividades de acordo com os modos de vida e saberes que adquiriram no lugar e com seus familiares.

Isso significa que as pessoas que são nascidas no bairro, não perderam, totalmente, os costumes e tradições, bem como as suas referências simbólicas com o lugar. A partir desses vínculos sociais com o lugar, compreende-se porque a festa do padroeiro continua e também porque alguns ex-moradores, mesmo tendo ido morar em outras cidades vizinhas, em busca de melhoria de emprego e para garantir os estudos de seus filhos, voltam a Zelândia nos finais de semana e ainda possuem suas casas no local. Os vínculos territoriais não foram rompidos, pois, segundo os moradores: “Quem bebe da água da Zelândia nunca mais esquece” ⁴.

⁴ Expressão utilizada pelos moradores do distrito de Zelândia, município de Santa Juliana-MG.

Como a comunidade continua existindo, as festas se realizam reeditando o costume da doação de coisas para os festejos. Liderados por representantes dos produtores tradicionais de gado leiteiro, principalmente por aqueles que residem nas fazendas, que se encontram nas proximidades do bairro rural, estabelecem-se as novenas e o recolhimento de prendas para serem leiloadas após os atos religiosos. No lugar, as festas tradicionais se nutrem desses vínculos. Elas existem e são reeditadas na mediação do religioso. As festas em louvor aos santos católicos, por exemplo, considerados padroeiros, como Nossa Senhora da Abadia e São Sebastião são realizadas anualmente.

No cotidiano, em finais de semana em que não ocorrem festejos, a Capela recebe os membros da comunidade e pessoas migrantes. O padre realiza missas, sendo que elas, no bairro, são de responsabilidade da paróquia de Santa Juliana. Contudo, o representante da Igreja Católica, além de atender os moradores do bairro rural de Zelândia, também atende as comunidades rurais do município, tais como Bom Jardim, Lagoa Dourada, Córrego do Lobo, e ainda celebra missa nas fazendas.

Em Zelândia, cerca de 40 famílias vivem da pecuária leiteira, pois, ainda existem muitas propriedades rurais naquela localidade vinculadas a essa produção. Assim como em todo o município, no bairro em questão ainda existem plantações de batata, que abastece os municípios de Santa Juliana, Uberlândia e Belo Horizonte, pois, a cana-de-açúcar, de certa maneira, se expande e desaloja das terras planas, os produtores de arroz, milho, soja e feijão.

Os contratos de arrendamento de terras, firmados entre a usina e os donos de terras, tornam-se animadores, especialmente, quando comparam as rendas obtidas junto aos produtores de grãos, principalmente, milho e soja. A maior rentabilidade obtida com o setor sucroalcooleiro é entendida como vantagem, pois, este, em tese, detém a maior parte do capital circulante na região, além de lhes assegurar, no arrendamento, pagamentos antecipados.

Receber pagamentos pelo arrendamento, antes que a terra entre em produção, constitui-se em vantagens, principalmente para quem estava endividado ou acostumado a recorrer ao sistema financeiro. Livrar-se de dívidas, aproveitando as condições de arrendamento oferecidas pela usina, é entendido como o melhor negócio. No entanto, esta não é uma concepção dominante entre os produtores tradicionais. É importante considerar que existem alguns produtores que temem a perda de suas terras para a usina, por entenderem que a flutuação dos preços do álcool e

do açúcar, no mercado internacional, pode inviabilizar a sua existência socioeconômica, se contarem apenas com a renda da terra. A partir do seguinte depoimento, essa interpretação parece confirmar-se: “você não tem muita certeza daquele mensal que eles depositam... hoje tá assim, Amanhã? Ninguém sabe”.

Nessa incerteza residem várias desconfiças sobre o arrendamento, principalmente em ter suas propriedades de volta. De acordo com alguns produtores, em Santa Juliana os contratos de arrendamento atingem, em média, de 7 a 10 anos, podendo ser prorrogados para até 20 anos. Sendo assim, mesmo atraídos pelo rendimento oferecido pela usina, a sedução pode ser compreendida como parcial, pois, ao entregarem suas terras, a partir de contratos, observam que esses mesmos contratos suspendem seus direitos sobre a propriedade. Vejamos o conteúdo da seguinte entrevista:

Quando se arrenda uma propriedade com um contrato de 10 anos, se gasta 20 anos para repor, ou seja, melhorar a terra para o plantio de outras culturas novamente. Algumas pessoas que produziam cana em suas propriedades acabaram vendendo suas terras para a usina, e foram embora para outros lugares trabalhar em outras atividades⁵

Segundo Inácio *et al* (2010), os proprietários que arrendam suas terras tornam-se dependentes das usinas, visto que, não existe a menor possibilidade de manifestarem suas opiniões em relação ao trabalho que é desenvolvido em suas propriedades. De maneira geral, mesmo que não se cale, o proprietário se rende frente aos contratos.

Nas terras do município de Santa Juliana, a usina pretende mecanizar sua produção até o ano de 2014, a fim de atender as imposições da legislação ambiental. Esse atendimento à legislação, sob o ponto de vista técnico, poderá minimizar os impactos gerados pela emissão de gases poluentes na atmosfera; sendo assim, o Grupo Bunge deverá administrar a usina na perspectiva de atender a legislação. No entanto, o processo de mecanização não extingue os impactos ambientais, apenas os ameniza, considerando que, as usinas, de modo geral, vão queimar a palha e parte do bagaço da cana para produzir energia elétrica. Além disso, a utilização de maquinários requer o uso de combustíveis fósseis, que também emitem gases que poluem a atmosfera. De acordo com Andrade (1979):

⁵ Dados obtidos no campo no município de Santa Juliana-MG, em 2010.

Nas áreas de ocupação antiga vem sendo estimulado o uso indiscriminado da mecanização agrícola e da utilização de adubos químicos, esquecendo que a mecanização agrícola é acompanhada de uma mais intensa utilização de combustíveis e que a adubação química provoca uma intensificação do uso de fosfatos, potássio e de nitratos, produtos importados e vendidos por grandes empresas multinacionais que fazem o planejamento de sua produção e do consumo dos seus produtos importados e vendidos por grandes multinacionais que fazem o planejamento de sua produção e do consumo dos seus produtos em escala mundial e não nacional. (ANDRADE, 1979, p.45)

No âmbito das contradições desse processo, percebe-se que a mecanização das lavouras de cana-de-açúcar, mesmo tendo diminuído a emissão de gases poluentes na atmosfera, em função da suspensão das queimadas, por outro lado não eliminaram ao mesmo tempo em que justificam o uso de defensivos agrícolas no controle de pragas e também para garantir a qualidade do produto. Desse modo, um novo consumo de agrotóxicos se instala na região. São os defensivos agrícolas, os agroquímicos produzidos a partir de empresas multinacionais. Desse modo, a suspensão das queimadas beneficia outro setor da economia.

Analizando o processo de expansão da cana-de-açúcar em alguns municípios do Triângulo Mineiro, podemos compreender a dinâmica socioespacial, que ocorre no Cerrado, em decorrência da instalação dos complexos agroindustriais que envolvem o setor sucroalcooleiro. Neste trabalho consideramos, principalmente, os camponeses tradicionais que, apesar de permanecerem nos Cerrados do Triângulo Mineiro, encontram-se cercados por lavouras de cana-de-açúcar. Portanto, é necessário continuar estudando essa condição, sobretudo na perspectiva dos territórios; se eles representam existências de tradições e costumes; como elas se materializam nas práticas e saberes, comuns à comunidade? Quais são as perdas estabelecidas, ao longo do tempo?

Contudo, compreendemos que a existência camponesa revela que o território não pode ser explicado apenas a partir das questões econômicas, mas também das relações que se estabelecem no lugar.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste trabalho, foi possível observar, descrever e analisar partes do processo de inserção das grandes lavouras de cana-de-açúcar, na região do Triângulo Mineiro, onde existem algumas particularidades envolvidas, em relação aos municípios pesquisados. Durante o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se necessário acompanhar as etapas do avanço da dinâmica canavieira em áreas antes ocupadas por outras lavouras e onde há a presença de modos de vida tradicionais do Cerrado Mineiro.

As atividades desenvolvidas para que este trabalho fosse realizado, foram importantes para analisar o processo da expansão da cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro, e como essas lavouras chegaram até os municípios em questão, e os demais que estão elencados no objetivo geral deste projeto.

Por vários momentos, preocupamo-nos com os desdobramentos e implicações no modo de vida que essa lavoura traz à população, de modo geral. Foi possível compreender como se deu o processo de instalação do setor sucroalcooleiro, os investimentos financeiros realizados com incentivos do governo de Minas Gerais, em parceria com as grandes empresas.

Sabendo-se que a inserção da cana-de-açúcar, no Triângulo Mineiro, trouxe uma dinâmica diferenciada para a região, não podemos nos prender apenas às questões ligadas ao setor econômico, visto que, por intermédio do desenvolvimento do projeto de pesquisa, foi possível analisar como a população do município, tanto da área rural quanto urbana, enfrenta os impactos gerados, sejam eles ambientais ou sócio-culturais.

Assim, ao acompanhar o desenvolvimento dessa nova dinâmica em áreas onde, por tradição, predominavam outras atividades agropecuárias, observamos que essa atividade sucroalcooleira é capaz de promover mudanças socioespaciais, e, a cada momento, esse setor pode dividir os custos de produção com o lugar, muito em função das mudanças repentinas do mercado internacional.

Em se tratando de queda no valor pago por cada tonelada de cana, os impactos recaem sobre o valor do arrendamento. Como a tendência é a monocultura, isso tende a gerar outras consequências para a economia local dos municípios, como a desarticulação do antigo sistema produtivo, o qual tem, no leite, o seu principal produto.

Os trabalhos de campo realizados nos municípios da área de estudo, propiciaram compreender as principais transformações ocorridas no processo de expansão da cana. As mudanças nas paisagens do Cerrado tornam-se mais expressivas quando comparamos as áreas ocupadas com cana com outros municípios da região do Triângulo Mineiro que não receberam as usinas de álcool e açúcar e seus canaviais.

Nesse trabalho de comparação, percebemos que cada localidade possui dinâmicas sociais diferenciadas, mais que se assemelham em alguns pontos, como por exemplo, a chegada do trabalhador temporário. Embora tenha sido impactante para os lugares receber enormes contingentes de trabalhadores migrantes, em Conceição das Alagoas os habitantes os receberam de maneira acolhedora, pois eles representavam várias possibilidades de desenvolvimento da economia local e, como demonstração desse entendimento, o município agiu concedendo vários direitos a essas pessoas.

No entanto, essa expansão da cana nada mais é do que a inserção da atividade canavieira no âmbito econômico global que, conseqüentemente, vem causando diversos impactos no âmbito de escalas locais em muitas cidades brasileiras que tem como ponto forte a economia sucroalcooleira. A exportação do etanol, de açúcar, a questão dos impactos ambientais vem em contrapartida. Ao mesmo tempo que gera lucro, com uma economia “renovável”, ela causa esse impacto assinalado no texto: desapropriação da agricultura camponesa (ou familiar), e precarização do trabalho.

Em linhas gerais, a realização desta pesquisa, financiada pela FAPEMIG (Fundação de Amparo a Pesquisa) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), ajudou-nos a compreender a dinâmica da cana-de-açúcar no Cerrado do Triângulo Mineiro, e possibilitou a apresentação dos resultados obtidos por intermédio deste artigo.

5. REFERÊNCIA

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 115p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim “dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004. p.395.

HEIDRICH, A. L. **“Territorialidades de inclusão e exclusão social”** In: REGO, N.; MOLL, J; AIGNER, C. (Orgs.) Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44. Disponível em: http://www.ufrgs.br/lapes/publicacoes/artigos/alvaro/territorialidadesdeexclus%E3oeinclus%E3o_social_ALV0808.pdf. Acessado em janeiro de 2010.

INÁCIO, J. B. *et.al* O arrendamento de terras para as usinas sucroalcooleiras no território do Triângulo Mineiro. **VIII simpósio de Geografia – SIMGEO - Território E Paisagem Redimensionados Pela Expansão Da Cana-De-Açúcar**. Quirinópolis 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988. p.11- 30.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.118.

Instituto de Economia Agrícola. Disponível em:< <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=5448>>. Acesso em: agosto de 2010.

Cana-de-açúcar no Brasil: Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/ciclo-da-cana-de-acucar/>> Acessado em: agosto de 2010.

Disponível em: http://infoener.iee.usp.br/scripts/biomassa/br_cana.asp> Acessado em: fevereiro de 2010.

Governo de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=13> acessado em fevereiro de 2008.

Embrapa. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-24.pdf>. Acessado em: maio de 2010.

Grupo Carlos Lyra. Disponível em: <http://www.carloslyra.com.br/conteudo/?id=M914200653937PM&idioma=PT>. Acessado em: junho de 2010.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: junho de 2010.

PINHEIRO MACHADO, F. de B. **Brasil, a doce terra – história do setor**. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/Conteudo/HistoriadoSetor.asp>>. Acessado em: agosto de 2010.

Jornal de Araguari. Disponível em: <http://jornaldearaguari.com/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=9> Acessado agosto de 2008.

Jornal da Cana-de-açúcar. Disponível em: <<http://www.jornalcana-de-açúcar.com.br>>

/conteudo/noticia.asp?id_materia=29496> Acessado em: fevereiro de 2010.

Histórico da Empresa Bunge. Disponível em:
<<http://www.bunge.com.br/empresa/historico.asp>> Acessado em agosto de 2010.

Prefeitura de Delta-MG. Disponível em: <http://www.delta.mg.gov.br/historia.html>. Acessado em Agosto de 2010.